

O Mapa antes do Território: O Rio Javari e a Construção do Espaço Nacional

Renato Amado Peixoto
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Algumas vezes o mapa antecede o território e torna-se a única realidade, não representando, mas estabelecendo sua existência. A cartografia do rio Javari foi parte da construção do Espaço Nacional brasileiro. Mas o mapa é mais do que uma representação passiva do território: o que é marcado no mapa é afirmado como real, então, uma mudança no mapa pode abrir a possibilidade de muitas outras.

PALAVRAS-CHAVE:

Cartografia, Espaço Nacional, Javari.

ABSTRACT

Sometimes the map precedes the territory, and becomes the only reality, not representing but establishing its existence. The mapping of river Javari was part of the Brazilian National Space construction. But the map is more than merely a passive representation of the territory: that which is marked on the map is affirmed as real, so, one change to the map would open up the possibility of others.

KEYWORDS:

Cartography, National Space, Javari.

Durante boa parte do século XIX, os limites geográficos do Brasil permaneceram indeterminados, tanto por conta do próprio desconhecimento do território, quanto pela indefinição, por parte das elites políticas, do que seria o espaço nacional. A partir das décadas de 1840 e 1850, com as mudanças políticas que permitiram a centralização e a consolidação do Estado, diversos esforços seriam dirigidos no sentido de explorar e mapear o território brasileiro. Os resultados destas iniciativas seriam coligidos em representações cartográficas e geográficas destinadas, sobretudo, a divulgar uma visão do espaço nacional no qual aquelas elites se reconheciam e se faziam reconhecer no interior de um conjunto espacial ordenado em torno do Estado centralizado

no Rio de Janeiro. Nessas representações, se incluíam, por exemplo, uma literatura didática destinada aos liceus e ao público em geral, a qual seria muitas vezes subvencionada pelo Estado, e uma cartografia concorrencial àquela realizada pelas grandes potências imperialistas, que se consubstanciaria nas Cartas Gerais e outros produtos.

A construção daquelas representações seria engendrada e coordenada pelas elites políticas através de diversos organismos e instituições, tais como o Conselho de Estado, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, o Exército e a Marinha. Entretanto este esforço seria contestado, algumas vezes, dando origem a construções de espaço local, ao mesmo tempo paralelas e divergentes, que levariam à reconcepção do espaço construído a partir do centro.

Nessas lutas de representação, muitas vezes o mapa precedeu o território. No lugar de ser uma construção passiva, produto do conhecimento e da mensuração do espaço, e, portanto, conceitual e temporalmente posterior àquele, adquirira uma preexistência que possibilitava a afirmação do real. O desenho do mapa tomara emprestado de seu suporte científico o estatuto de verdade, fazendo com que as mudanças em suas linhas se tornassem importantes questões, uma vez que uma única e ligeira alteração podia abrir possibilidades para inúmeras outras. Deste modo, muitos debates abstraíram-se do território, passando a ser conduzidos apenas nos termos dos mapas que estabeleceriam, assim, sua própria forma de existência.

A CARTOGRAFIA BRASILEIRA E OS ATLAS ESTRANGEIROS

O esforço cartográfico brasileiro teria um desenvolvimento diferente daquele experimentado pela narrativa geográfica. Enquanto esta última deveu suas origens às restrições impostas pela metrópole portuguesa à circulação de informações e de pessoas, e se transformaria posteriormente num instrumento pedagógico do Estado, aquele surgiria em um contexto dinâmico de concorrência com a cartografia dos países europeus. Durante o século XIX, naqueles países, a cartografia seria utilizada para demarcar e projetar as percepções particulares do espaço nacional, em um momento de expansão econômica e territorial.

Até quase a metade do século XIX, o Brasil ainda não possuía qualquer acerto jurídico de fronteiras com os países vizinhos, nem um esquema cartográfico que servisse para balizar suas pretensões. Em consequência, tornava-se vulnerável pela multiplicação das representações cartográficas do Brasil feitas na Europa e Estados Unidos, onde a inconstância e alteração

dos limites geográficos nacionais é a norma, causada tanto pela flutuação e alteração dos saberes cartográficos e geográficos, quanto pelas diferentes percepções do poder do Estado brasileiro.¹ Os atlas foram um dos locais estratégicos dessas leituras, uma vez que se popularizaram durante o decorrer do século XIX, através do incentivo dos Estados e da progressão das técnicas de impressão, atingindo, assim, tiragens cada vez maiores e edições mais frequentes para atender às demandas crescentes pela divulgação e propagação do saber geográfico. Portanto a propagação das percepções de espaço eram realizadas num contexto que mesclava as políticas externa e interna, em que a técnica e o mercado apresentavam a peculiaridade de exigir uma constante renovação do conhecimento e dos produtos. Os atlas atenderiam a uma dupla especificidade verificável pelo método: a coleção, organização e perpetuação do conhecimento geográfico e a construção de identidades nacionais e imaginações espaciais, as quais se consubstanciariam como metáforas pictoriais dos interesses nacionais.

Assim, considerando os atlas tanto coletiva e temporalmente, quanto em situações em que os valores de responsabilidade e individualismo não dominem mais, torna-se possível estudar certas estratégias da reprodução e disseminação de diferentes percepções e construções de espaço, sua concorrência e influência sobre a cartografia e a geografia brasileira.

UMA VISÃO CARTOGRÁFICA CONCORRENCIAL: O RIO JAVARI

No início do século XIX, segundo a visão estrangeira, a fronteira da Amazônia portuguesa carecia mesmo de marcos naturais: os limites setentrionais do Brasil eram então genericamente representados por uma poligonal, a qual tinha por base o curso dos rios através dos quais havia-se feito a penetração lusitana.² As únicas exceções eram os rios Madeira e Javari, limite mais ocidental da fronteira portuguesa, o qual somente se alcançava após a jornada de oitenta e sete dias de canoa, a partir de Belém do Pará. Naquele lugar, estava então aquartelada a última guarnição portuguesa antes dos territórios espanhóis, que seria transferida, em 1776, para um sítio duas léguas acima do Solimões, onde se decidiu fundar o presídio de São Francisco Xavier de Tabatinga,³ um lugar mais amplo e de melhor posição estratégica, pois estava situado num barranco de onde avistava tanto a foz do Javari, quanto os territórios espanhóis limítrofes.⁴ Entretanto, ainda que Tabatinga passasse, a partir desse momento, a abrigar a derradeira presença portuguesa na Amazônia ocidental, o abandonado rio Javari se sustentaria enquanto marco natural da fronteira amazônica, no que seria reconhecido

pela Coroa espanhola através da linha provisória demarcada em 1751 e posteriormente ratificada em 1777.⁵ Ainda que estes tratados fossem repudiados, no século XIX, por Portugal e pelo Brasil, o Javari deixaria de ser considerado, tanto pelos espanhóis como pelos estados que os sucederam, como a fronteira natural do Brasil. Tal aceção se tornaria bastante significativa, pois, embora os portugueses, na teoria, advogassem uma política de limites naturais, somente no Prata, quando da ocupação da Cisplatina, procurariam adaptar à prática tal política. No mais, inclusive na Amazônia, tentar-se-ia, durante os séculos XVII e XVIII, com o estabelecimento de fortificações no alto curso dos rios mais estratégicos, impedir a navegação destes e assegurar, pela presença continuada do Estado, a posse da terra, inclusive com a utilização estratégica do instituto do *Uti Possidetis*, complementada pela catequese e aldeamento dos indígenas. A fronteira portuguesa era, portanto, na prática, um espaço granular e sobretudo, móvel. Portanto os rios Javari e Madeira seriam exceções na estratégia colonial: considerados, em todo o curso, como portugueses, eram a materialização das fronteiras naturais num espaço destinado à penetração.

O espantoso, no caso do rio Javari, era que, ao contrário do rio Madeira, a presença portuguesa e, mais tarde, a brasileira eram apenas simbólicas, uma vez que o seu “sinuoso e lentíssimo curso” continuaria despovoado e desconhecido devido às dificuldades logísticas, mais as ocasionadas pelo clima, pelas doenças tropicais e pelos ataques constantes dos índios, reais ou imaginários.⁶ Durante todo o decorrer dos séculos XVII e XVIII, os indígenas que se imaginava habitar a área do Javari eram continuamente descritos da mesma maneira, como canibais extremamente ferozes e capazes de praticar os atos mais brutais, ainda que fossem nomeados diferentemente em diversas obras. Como outros grupos indígenas de regiões também remotas, receberiam ainda dos cronistas a distinção de serem designados pelo epíteto de nação e, algumas vezes, teriam seus territórios assinalados nos mapas como “País”. Com o decorrer do século XIX e a centralização do Estado Nacional brasileiro, estes atributos desapareceriam dos mapas e crônicas, mas, para os indígenas do Javari, seriam atribuídas outras distinções: as qualidades dos brancos.

Alguns [eram] inteiramente brancos [...] as mulheres [...] não pintavam o corpo e eram esbeltas e elegantes [...] Eram ousados e valentes, atacando o civilizado de frente e não por traição [...] casavam-se na idade própria, por amor e inclinação.⁷

De modo geral, os relatos coincidem também em diferenciar esses indígenas de seus vizinhos, tanto pela aparência quanto pelos hábitos. Segundo alguns autores, os habitantes do Javari modificavam a cabeça com a utilização de tábuas, enquanto outros asseguravam que utilizavam a tonsura, traziam espinhos compridos nos lábios e nariz, penas de arara no canto da boca e rodela de conchas no lábio inferior, extremidade do nariz e das orelhas. Concordavam que seus hábitos incluíam a antropofagia, não só com os inimigos, mas também com os membros de sua própria tribo que estivessem muito doentes ou velhos, a não ser que a morte destes houvesse sido provocada por veneno ou “moléstia epidêmica”. Os que tivessem esses impedimentos seriam comidos antes que emagressem, tomando parte nos banquetes macabros os próprios filhos e pais dos que fossem mortos. A ferocidade na guerra seria tal que matariam seus inimigos sem perdão e fariam utensílios diversos com os seus despojos, dentre os quais conservariam as cabeças espetadas à porta da maloca.⁸ Ora, para um rio misterioso, agregava-se uma geografia e uma população também mítica, da qual, ainda em 1898, se acreditava “apreciar em demasia” os miolos e as mãos dos homens brancos.⁹

Portanto pouquíssimos homens brancos, à exceção dos membros das comissões demarcadoras e alguns exploradores, teriam a ousadia de se aventurar a percorrer o rio Javari enfrentando esses perigos reais ou imaginários.¹⁰ Esses indivíduos, sem dúvida, também pressionados pelas dificuldades materiais do empreendimento, haveriam de produzir os mais desbaratados resultados, os quais aumentariam o mistério em torno do Javari ao induzir em erro toda a cartografia do século XIX. Por exemplo, a comissão de demarcação portuguesa de 1781 calculou haver descido 210 milhas do rio e estimou que seu curso se estendia para noroeste atingindo 5° 36' de latitude Sul em 1786.¹¹ Mais tarde, em sua correspondência com a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, quando da negociação de limites com o Peru, Duarte da Ponte Ribeiro, estupefato, relataria o fato de que os plenipotenciários do Peru reconheceriam a posse brasileira do Javari, baseados em duas povoações brasileiras que existiriam no curso médio do rio, segundo seus mapas, provavelmente cópias de algum mapa português, como a Carta Leme, de 1798,¹² que, assimilando os relatos daquela expedição, registrava dois pontos no curso do Javari, duas Vigias, confundidos posteriormente por outros cartógrafos com sítios habitados. Depois, os exploradores W. L. Herdon e F. L. Castelnau teriam também penetrado profundamente o Javari, do qual o segundo alegaria ter percorrido 270 milhas, estabelecendo então a direção de seu curso em leste-oeste.¹³ Ainda em 1866, a expedição conjunta brasileiro-peruana, denominada Expedição Soares Pinto - Paz Soldán, não

conseguiria chegar a resultado algum, uma vez que seria arrasada pelos nativos na latitude 6° 50' Sul, tendo morrido, nessa ocasião, aquele que na época era considerado um dos maiores hidrógrafos e astrônomos brasileiros, o capitão-tenente Soares Pinto. Somente em julho de 1874, após assinalar que “ninguém havia ultrapassado impunemente a foz do rio Galvez” e de ter travado dois renhidos combates com os indígenas, cortado 176 grossos troncos de árvore que serviriam de ponte àqueles e ter perdido um terço do seu contingente (ainda que navegassem em canoas cercadas por uma grossa tela de arame), Antônio Luiz von Hoonholtz, o futuro Barão de Tefé, reivindicaria haver chegado às nascentes do rio Javari e determinado astronomicamente este acidente geográfico em 7° 06', com o auxílio do último dos nove cronômetros com que iniciara a jornada.¹⁴ Entretanto tal pretensão seria muitíssimo mal recebida por seus compatriotas: como todo o curso do Javari era então considerado como a fronteira natural brasileira, a soberania sobre a área incluiria não só o Javari, mas todo o território à leste desse Rio, traçando-se, nos mapas nacionais e em vários atlas estrangeiros, uma reta de sua nascente até encontrar o rio Madeira.¹⁵ Logo, quanto maior fosse a extensão do rio Javari, maior seria o território do Brasil.

Ainda que, no início do século XIX, a Corografia Brasílica houvesse localizado as nascentes do rio Javari em 7° 30', (quase o mesmo valor que é atribuído atualmente, aproximadamente 7° 01'), as Cartas portuguesas e especialmente o atlas La Rochette de 1807 (desenhado em grande parte sobre as mesmas Cartas) principiam por prolongar a extensão do rio Javari até 10° 20', valor que, em 1858, seria novamente aumentado até o limite máximo de 12° (atlas Balbi-Monlon).¹⁶ No entanto, ainda que prevalecesse nos atlas estrangeiros a representação cartográfica do Javari mais benéfica para o Brasil, negava-se também, em igual medida, a pretensão de integrar todo o curso desse rio, e, conseqüentemente, o território que balizava, ao espaço brasileiro. Portanto, no momento em que a produção dos atlas na Europa e nos Estados Unidos atingia o auge, surgia, para o Brasil, a necessidade de se construir uma visão cartográfica concorrencial. Para que esta se estabelecesse, no caso do Javari, seriam encomendadas no exterior edições modificadas de atlas já existentes e também versões exclusivas (como é, respectivamente, o caso dos atlas Andriveau-Goujon¹⁷ e Balbi-Monlon), em que se representam os limites do Brasil segundo os termos mais vantajosos, ou seja, segundo um paralelo na altura do grau dez ou doze hipoteticamente ligando um ponto do rio Madeira até a imaginária nascente do rio Javari, garantindo para o Brasil, especificamente, os cursos superiores dos rios Juruá, Purus e outros tributários do Solimões, estes já conhecidos e abertos à exploração.

Em segundo lugar, as iniciativas governamentais seriam, no sentido de incentivar o surgimento, no país, de uma produção cartográfica que embasasse a representação do espaço nacional construída pelas elites e que, através do concurso com as narrativas geográficas, garantisse a integração das regiões mais distantes ao centro do Estado, numa função, ao mesmo tempo, de divulgação e pedagogia. O IHGB, por exemplo, agiria de modo a incentivar as viagens exploratórias e de reconhecimento, especialmente das regiões de fronteira, bem como o desenvolvimento das Cartas Nacionais, por meio de prêmios e incentivos, sendo, já em 1846 concedido o primeiro prêmio geográfico ao autor de uma carta corográfica do Império, Conrado Jacob de Niemeyer, um sócio efetivo dessa instituição.¹⁸ Desse esforço conjunto nasceriam vários produtos cartográficos, no intuito de divulgar o retrato físico da nação em construção, dentre os quais, o Atlas Almeida, editado em 1868, “destinado à instrução pública no Império com especialidade à dos alunos do imperial Colégio de Pedro II”.¹⁹ Também foram estabelecidas pelo governo Imperial várias comissões destinadas a elaborar a Carta Geral do Brasil. Dessas, resultaram, após inúmeros adiamentos e contratemplos, duas Cartas do Império Brasil, as de 1873 e 1874, que foram apresentadas na Exposição Universal de Viena, em 1874, e na Exposição Nacional de 1875.

No que se refere particularmente ao rio Javari, as obras resultantes endossariam a posição brasileira corrente até o ano de 1875, data da publicação da Carta do Império do Brasil, quando toda pretensão brasileira de soberania sobre o território situado ao norte do paralelo de 10° 20' foi subitamente abandonada. Por que uma mudança tão repentina após quase cem anos de narrativas corográficas e registros cartográficos noutra sentido?

A mudança se realizaria por razões de Estado: em 1867, durante a Guerra do Paraguai, com o objetivo de garantir a neutralidade da Bolívia no conflito, o Brasil assinaria com este país o Tratado de Ayacucho, no qual, pela primeira vez, se admitia abrir mão da soberania integral sobre o Javari: caso algum dia se constatasse que este Rio ultrapassava a hipotética paralela de 10° 20' (a nascente da imaginação cartográfica), seu curso inferior pertenceria à Bolívia, ou ainda, na hipótese mais prejudicial ao Brasil, se a cabeceira do rio fosse localizada em um latitude inferior, o território entre esta e o referido paralelo seria boliviano.²⁰ Com a suposta descoberta da nascente do Javari pelo Barão de Tefé, e por uma via tortuosa, já que a missão exploratória se destinava a balizar os limites do Brasil com a república do Peru, seria confirmada a segunda conjetura e o Brasil perderia grande parte do território naquela área, já que o misterioso rio Javari encolhera substancial e subitamente.

O território que compreende os atuais estados brasileiros do Acre, Amazonas e Roraima esteve durante o período colonial, a princípio, sujeito à Capitania do Maranhão, cuja esfera administrativa ia, pelo mar, até o rio Oiapoque, onde se limitaria com a Guiana francesa. Depois de 1615, aqueles territórios passaram a fazer parte da nova Capitania do Pará, desmembrada então da Capitania do Maranhão, para, em 1755, serem separados da área administrada pelo governo do Pará, com a denominação de Capitania de S. José do Rio Negro, cuja sede ou capital passaria a ser a povoação de Barcelos. Durante o reinado de D. Pedro I, aquele território voltaria a constituir uma das comarcas da então Província do Grão-Pará, sob a denominação de Alto-Amazonas, para, em 1850, ser finalmente separado do Grão-Pará e formar uma circunscrição política independente, com o nome de Província do Amazonas. Esta experimentaria intenso desenvolvimento a partir dos meados da década de 1860, fruto da imigração nordestina e dos altos lucros provenientes da exportação da borracha, da qual o Amazonas era praticamente o único produtor mundial. Em razão da percepção local desta pujança econômica²¹ e por sua autonomia tardia, em relação às outras províncias que compunham o Império do Brasil, começaria a se construir ali uma visão local de espaço divergente. Por exemplo, diferentemente da construção historiográfica idealizada através da iniciativa do IHGB, se cultivava uma identidade não com a tradição, mas com o novo, em que a conexão com outros países quase que substituíra a ligação com o Rio de Janeiro, onde se enfatizava a abertura a essas civilizações. O Amazonas, segundo essa nova construção, seria o país do futuro, uma terra de oportunidades, habitado, em sua grande maioria, por imigrantes, aos quais os naturais e, principalmente, os indígenas já estavam integrados. Neste contexto, também a noção dos limites espaciais do novo território não coincidiria mais com as fronteiras desenhadas a partir do Rio de Janeiro.

Coincidentemente, também na capital, diversos geógrafos e militares passaram a contestar a descoberta das nascentes do Javari, considerando que estas só poderiam estar onde sempre estivera: “pelo menos, na altura de 10° 20’, isto é, no paralelo do Madeira”.²² O próprio Ministério da Relações Exteriores daria crédito a estas suposições, constituindo duas novas expedições com o único propósito de determinar as nascentes do Javari, nos anos de 1897 e 1902. Assim, cada vez mais desacreditadas, as cartas oficiais não impediram que o governo de Manaus passasse a conceder lotes de terras com títulos definitivos de posse, no rio Acre, muito ao sul da fronteira traçada nos mapas:

a constituição da comarca amazonense de Antimary excederia até as pretensões anteriores, pois possuía seus limites muito além do paralelo de 10° 20’.

No entanto, a divergência da visão de espaço central não se limitava ao Javari. Segundo as corografias então editadas no estado, algumas das quais continham inclusas as cartas oficiais, o limite do Amazonas com a Colômbia era o rio dos Enganos, o que levava sua fronteira até os contrafortes da Cordilheira dos Andes. A própria exploração comercial da região que o Javari delimitava passou a ser incentivada pelo governo estadual, com a justificativa de que a metade da produção de borracha provinha daquele território. Contraditoriamente à visão local de espaço, do Rio de Janeiro, entre os anos de 1895 e 1899, seria tomada uma série de providências destinadas a defender a soberania da Bolívia, sobre a área pretendida pelo estado do Amazonas, dentre as quais reconhecendo como ilegais os decretos do estado do Amazonas, autorizando a Bolívia a criar uma alfândega e demais repartições governamentais na povoação de Porto Alonso, centro do território disputado e instalando um consulado brasileiro no local.

A reação do governo amazonense e dos comerciantes, com o apoio popular foi de incentivar a desobediência às diretrizes do Rio de Janeiro e incentivar a guerrilha contra as autoridades bolivianas:

[...] àquela porção de brasileiros, que em zona longínqua, regam com seu sagrado sangue a idéia patriótica de fazer permanecer brasileira a larga faixa de terra ora ocupada pelo estrangeiro, ao sul da chamada linha Cunha Gomes, que o governo vê-se obrigado a respeitar por força de um tratado. Por mais ilegal que pareça este proceder dos insurretos, traduz um belo movimento de patriotismo e os sentimentos apurados do direito de propriedade que, no dizer de von Thering, é um prolongamento da personalidade mesma, parte integrante do indivíduo, porque é a sua condição de coexistência social. Homens que, arriscando a vida, conseguiram construir habitação, constituir um lar, fundar uma propriedade em territórios inexplorados, que possuíam como pedaços da pátria, a cujas leis eram obedientes, não se podem conformar a ver, de um momento para o outro, perdidos todos os seus esforços inteligentes, passando à leis diversas em estranha pátria.²³

Em 1900, a eleição para o governo do Amazonas foi ganha por um candidato de consenso, Silvério Nery, cuja principal plataforma de governo era “a idéia de despertar, por todos os meios justos e legais, a atenção dos poderes públicos da União para uma ação comum, tendente a reivindicação do Acre”, onde “o estrangeiro, tendo invadido, com o assentimento do governo federal, uma parte do território amazonense, parecia zombar de nossos direitos”.²⁴

Iniciou-se, em seguida, uma campanha de imprensa e no congresso da capital brasileira, com vistas a defender os interesses de Manaus, a qual obrigou o ex-ministro das Relações Exteriores a defender a política externa brasileira no Congresso Nacional:

[...] [esta] questão que não existe [...] esta questão [a do Acre] que nasceu nas praças comerciais de Belém e Manaus, de lá subiu ao palácio do governo do Amazonas, daí se propagou aos seringais do Acre, fosse agitada na imprensa diária, até que vieram morrer suas ondas na outra casa do Congresso.²⁵

No centro de toda a controvérsia, encontrar-se-ia de novo o rio Javari: de supetão, as discussões se encaminhariam nos meios geográficos para a suposição de que o rio acreditado nos mapas não era o Javari, mas apenas um braço, o Jaquirana, sendo necessário, portanto, prosseguir no esforço de encontrar o fugidio Rio. Sob tais circunstâncias, Dionysio Cerqueira, ministro das Relações Exteriores, enunciaria a posição do Governo em um pronunciamento estranho e enigmático:

Vou demonstrar que a fronteira do Brasil com a Bolívia, entre os rios Madeira e Javari, é a linha geodésica que liga a foz do Beni à nascente do Javari, e não uma linha, que não é linha, mas um ângulo formado de duas linhas, ou uma linha que é constituída por dois lados de um ângulo, cujo vértice é o ponto de intercessão do meridiano que passa pela cabeceira do Javari, e pelo paralelo que passa pela boca do Beni, e cujos extremos são as cabeceiras do Javari e a boca do Beni.²⁶

A partir deste momento, o contencioso seria remetido ao marco zero, uma vez que o rio Javari, que balizara as fronteiras do Brasil desde o século XVIII, simplesmente desaparecera. Como dissera certa vez o próprio Barão de Tefé: “escondia-se a fonte desse rio misterioso, quase encantado”.²⁷ A confusão se transformaria ainda numa campanha da imprensa que modificaria os rumos da campanha presidencial: contagiado pelos movimentos populares, Rodrigues Alves, demonstraria simpatia pelos chamados “combatentes do Acre”. Eleito, designaria o novo Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco, que, em 18 de Janeiro de 1903, faria um comunicado à Bolívia, no qual informava que o Brasil passara a sustentar o que considerava a verdadeira interpretação do Tratado de Ayacucho: a fronteira brasileira era o mítico nascedouro do Javari, “o paralelo de dez graus e vinte minutos”.

REMATE DOS MALES

Em 1900, o Javari já estava aberto à navegação comercial até a principal povoação, denominada então Remate de Males, localizada na confluência com o rio Itecuai, e ainda em vapores e lanchas até a confluência com o rio Curuçá. A companhia de navegação que prestava esse serviço era inglesa, a The Amazon Steamship N. Company, Ltd. e navegava uma vez por mês este percurso. Remate dos Males possuía, naquele ano, mais de 1.000 habitantes, e contava com uma escola pública mantida pelo governo do estado do Amazonas.²⁸ Consta que o nordestino que lançou os fundamentos dessa povoação chegou à Amazônia fugindo da seca, depois de haver experimentado todo tipo de dificuldade. Lá, se tornaria ainda mais infeliz, perdendo o que lhe havia sobrado da família e os últimos recursos conseguidos. Em seu leito de agonia, desanimado, resolveu batizar a localidade de Remate de Males.²⁹ Após a compra do Acre à Bolívia, e depois de deixar de pertencer ao Amazonas e após se haver descoberto que o Rio não estivera onde se acreditara houvesse existido, Remate de Males mudaria de nome: passaria a se chamar Benjamim Constant, um dos patronos da República – do Brasil.

NOTAS

- ¹ Para um aprofundamento da questão ver: PEIXOTO, Renato Amado. A medusa: as percepções da projeção de poder do Estado brasileiro na cartografia do século XIX. *A Defesa Nacional*, LXXXVII(789), 59-66, Jan./Fev./Mar./Abr. 2001.
- ² LA ROCHETTE, Louis Stanislas D'Arcy de. *Colombia Prima* (3, 6, 8). London, 1807.
- ³ Já existia desde 1766, no lugar onde seria fundada Tabatinga, um posto de inspeção português. PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil* (III). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1889.
- ⁴ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará*. Salvador: Typografia do Diário, 309-310, 1833.
- ⁵ Os Tratados de 1750, assinado em Madri entre D. João V e D. Fernando VI e de 1777 entre D. Maria I e Carlos III celebrado em Santo Ildefonso.
- ⁶ Símbolo destas dificuldades, é que ainda em março de 1903, 60 fuzileiros navais embarcaram no Cruzador Barroso e seguiram para Tabatinga, na Amazônia, onde, estacionados, velariam pela neutralidade brasileira no conflito Peru-Colômbia. Em quatro meses, uma febre equatorial dizimou o contingente, regressando para o Rio de Janeiro, como sobreviventes, um sargento, dois cabos e três soldados. MARTINS, Hélio Leôncio. *Poderes Combatentes. In História Naval Brasileira* (5 Tomo I B, 78-100). Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, p. 91, 1997.
- ⁷ Relatório de Cunha Gomes ao Ministro das Relações Exteriores. 1898.

- ⁸ CASAL, Manoel Ayres de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Brasil* (Coleção de Obras Raras, Tomo II). São Paulo: Edições Cultural. (1817, E. e H. Laemmert). (2ª Edição), 248-249, 1943; MARAJÓ, Barão de. *As regiões Amazônicas*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 80-82. 1895; Relatório de Cunha Matos ao Ministro das Relações Exteriores. 1898 e outros.
- ⁹ Relatório de Cunha Gomes ao Ministro das Relações Exteriores. 1898.
- ¹⁰ “[...] nenhum explorador ou flibusteiro conseguiu navegar [o rio Javari] por mais de três dias sem ser massacrado” Tefé, Tetrá. Barão de Tefé - Militar e cientista. Biografia do Almirante Antonio Luiz von Hoonholtz. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, p. 239, 1977.
- ¹¹ Carta do rio Javary até a latitude meridional 5° 36’ pelos Engenheiros José Joaquim Victorio da Costa e Pedro Alexandrino de Souza, 1787.
- ¹² LEME, Antonio Pires da Silva Pontes. *Carta da Nova Lusitânia*. Lisboa, 1798.
- ¹³ Castelnau teria navegado o Javari quando de sua expedição às partes centrais da América do Sul, sob ordem do Governo francês, entre os anos 1843-1847 e Herdon em 1854, em expedição ao vale do rio Amazonas dirigida pela Marinha americana.
- ¹⁴ Segundo o relato mais confiável morreram 23 dos 82 que começaram a jornada, mas outro relato dá conta de 53 mortos, dentre os quais o próprio irmão do Barão de Tefé. Este era lente de hidrografia da escola de Marinha desde 1857, autor da primeira obra em língua portuguesa sobre hidrografia sendo ainda o autor do mapa da Ilha de Santa Catarina incluído no Atlas Mouchez da Costa do Brasil. Sugestivamente suas memórias desta viagem exploratória, publicadas por Alfred Marc tem o título de “Um explorador brasileiro, dois mil quilômetros de navegação em canoas através de um rio inexplorado e completamente dominado por selvagens ferozes e indomáveis.”
- ¹⁵ Ainda que, pelo artigo 8º do Tratado de 1750 se estabelecesse que a fronteira correria pela divisão do leito dos rios Guaporé e Mamoré, até o local situado a igual distância do Amazonas e embocadura do Mamoré, e depois deste lugar continuaria sobre uma linha de leste a oeste, até encontrar a margem oriental do Javari à sua confluência do Amazonas, cortando daí até a foz mais setentrional do Jupurá. SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão-Pará*. Salvador: Typografia do Diário, p. 204, 1833.
- ¹⁶ BALBI, A. & MONLON, Emile. *Atlas da Geographia Universal*. Paris: J.- P. Aillaud, Monlon e Cª, 1858.
- ¹⁷ ANDRIVEAU-GOUJON, J. *Atlas de Geographia Moderna*. Paris: J. Andriveau-Goujon, Éditeur. 1848.
- ¹⁸ RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Exposição dos trabalhos geográficos e hidrográficos que serviram de base à Carta Geral do Império exibida na exposição nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, p. 88, 1876.
- ¹⁹ ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Litografia do Instituto Philomathico, 1868.
- ²⁰ Segundo o artigo 9º deste Tratado, a fronteira correria “[...] do Mamoré até o Beni onde começa o rio Madeira. Deste rio para o Oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada de sua margem esquerda na latitude Sul de 10° e 20’ até encontrar o rio Javari. Se o Javari tiver as nascentes ao Norte daquela linha Leste - Oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude e por uma reta a buscar a origem principal do dito rio Javari.” MARAJÓ, Barão

de. *As regiões Amazônicas*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, p. 9, 1895. Ver também BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 127, 1998.

- ²¹ “A província do Amazonas, assim como a sua limítrofe do Pará, são as duas que oferecem um futuro mais grandioso em todo o Império. Apesar do seu desenvolvimento se ter feito lento e parcamente, por circunstâncias especiais da sua situação nos confins do litoral marítimo e da metrópole, - a riqueza espontânea de seu imenso território, a opulência das numerosas artérias fluviais e a proximidade dos muitos estados e colônias estrangeiras, hão de necessariamente dar-lhe um impulso vigoroso e constituir uma nação rica, forte e colossalmente grandiosa.” SILVA, Viriato Augusto da. *Corografia do Brasil*. Lisboa: D. Corazzi, p. 38, 1882.
- ²² PESSÓA, Ruy. *A reexploração do rio Javari - expedição Cunha Gomes de 1897*. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, p.22, s/data.
- ²³ GONÇALVES, Lopes. *O Amazonas - Esboço histórico, corográfico e estatístico até o ano de 1903*. New York: Hugo J. Hanf, III, 1904.
- ²⁴ Idem, ibidem.
- ²⁵ Discurso de Dionysio Cerqueira, deputado e ex-ministro das Relações Exteriores no Congresso Nacional. AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. *O Acre - Limites com a Bolívia. Artigos publicados na imprensa - 1900-1901*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, p. 9, 1901.
- ²⁶ Idem, ibidem, p. 5
- ²⁷ VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. 398, 1959.
- ²⁸ GONÇALVES, Lopes. *O Amazonas - Esboço histórico, corográfico e estatístico até o ano de 1903*. New York: Hugo J. Hanf, 72-73, 1904.
- ²⁹ BITTENCOURT, Agnelo. *A psicologia nos nomes geográficos do Amazonas. In Mosaicos do Amazonas - Fisiografia e demografia da região*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, p. 128, 1966.